

“

Nos últimos anos, a SPMS, EPE tem promovido o conhecimento e a formação na contratação pública, área em que já obteve várias distinções em contexto nacional e internacional. A organização de diversas iniciativas, enquanto entidade responsável pelas Compras Públicas na Saúde, representam muitas horas de partilha de *know how* e de experiência com milhares de participantes em sala e por *live streaming*.

Pelo 6º ano, a SPMS encontra-se em contagem decrescente para o arranque do Seminário das Compras Públicas na Saúde. É já nos dias 24 e 25 de setembro que o PT Meeting Center, em Lisboa, se transforma no palco do maior debate nacional sobre contratação pública, alavancando a prioridade de “comprar bem”.

Impulsionar a comunicação entre os diferentes organismos e intervenientes, de forma a promover ganhos e redução de despesa, tem sido um dos objetivos estratégicos desta iniciativa que promove a inovação e a reflexão com os maiores especialistas portugueses do meio académico, institucional, do setor empresarial público e privado, sobre temáticas relacionadas com a revisão do Código dos Contratos Públicos e as alterações emanadas de diretivas europeias.

2019 traz novos temas visando responder a questões pertinentes, como “Código dos Contratos Públicos – A lei que necessitamos?”, “Arbitragem Administrativa – A solução? | Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos – O regime”, “Procedimentos Contratuais na Compra de Inovação – Será que os utilizamos?” “Diretiva 2024 | Formação dos Contratos – O que falta mudar?”, entre outras.

Na edição de 2018, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, reconheceu a SPMS “pelo trabalho feito e de confiança no trabalho que será feito”, salientando os vários desafios que “as compras públicas têm para os próximos anos”. E a SPMS tem cumprido o desígnio de “comprar cada vez melhor”, superando dificuldades e desafios ao gerar poupanças significativas para o sistema de saúde. No ano em que o Serviço Nacional de Saúde celebra 40 anos, a SPMS reitera o compromisso de continuar a trabalhar para a sustentabilidade do país e o bem comum dos cidadãos!

Sejam muito bem-vindos ao VI Seminário de Compras Públicas na Saúde!

Artur Trindade Mimoso
Vogal do Conselho de Administração
da SPMS, EPE



GRANDES NÚMEROS 2018

Poupança na compra
centralizada de medicamentos
e outros bens de saúde

132,2

milhões €

Poupança na compra
centralizada de bens e serviços
de natureza transversal

27,3

milhões €

Número de instituições
abrangidas

creceu

25%

Volume de compras
aumentou

19%

Poupança Global
Ministério da Saúde

159,5
milhões €



24|25
SETEMBRO 2019

PT MEETING
CENTER

VI

SEMINÁRIO COMPRAS PÚBLICAS NA SAÚDE



SPMS promove o maior debate nacional de Compras Públicas na Saúde em setembro

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS, EPE) está a organizar o VI Seminário de Compras Públicas na Saúde, uma iniciativa que promove a reflexão e partilha de experiências e *know how* com os maiores especialistas portugueses em matéria de contratação pública e economia digital na Saúde.

De ano para ano, a SPMS, EPE quer chegar mais longe e, na edição de 2019, novos temas em áreas estratégicas preenchem os dois dias de debate, privilegiando o conhecimento de reformas legislativas, da sua aplicação e de boas práticas.

Conta com um painel de prestigiados oradores do meio académico, institucional e do setor empresarial público e privado para debater temáticas distintas e questões pertinentes sobre a última revisão do Código dos Contratos Públicos, entre muitas outras questões.

A relevância e sucesso das edições anteriores têm marcado a diferença no panorama nacional, sendo considerado um espaço de referência e valor acrescentado na discussão anual sobre os vários desafios das compras públicas, em particular na Saúde.

Aberta ao público em geral, a 6ª edição aposta numa abordagem mais interativa ao convidar os participantes a sugerirem temas que gostariam que fossem debatidos em cada um dos painéis. É um aspeto inovador que

pretende fomentar ainda mais o diálogo e encontrar as melhores soluções e respostas para cada situação.

Enquanto responsável pelas Compras Públicas na Saúde, a SPMS, EPE tem implementado transparência, rigor e inovação, alavancando eficiência e sustentabilidade nos processos aquisitivos. Paralelamente, dinamiza a transformação digital na Saúde, o setor que mais beneficia com a inovação tecnológica.

A SPMS, EPE assume-se como uma entidade promotora de iniciativas de partilha de conhecimento e formação, nomeadamente nas Compras Públicas, área em que já obteve diversas distinções e reconhecimento a nível internacional. Exemplo disso, é o VI Seminário cujo objetivo principal passa por facilitar a comunicação entre os diferentes organismos e intervenientes, de forma a promover ganhos e redução de despesa. “A compra pública é estratégica e comprar para a Saúde é comprar cuidados.”

Programa disponível e inscrições gratuitas e abertas a todos os interessados em seminariocompraspublicasnaude.spms.min-saude.pt

seminariocompraspublicasnaude.spms.min-saude.pt



TEMÁTICAS

<p>Princípios Gerais da Contratação Pública</p>	<p>Formação dos Contratos Públicos</p>	<p>Concessões, Especificidade e Regime de Formação</p>	<p>O regime de modificação contratual</p>	<p>O modelo de avaliação das propostas <small>(aspectos jurídicos)</small></p>	<p>A Negociação das Propostas</p>	<p>Os acordos-quadro e as compras vinculadas</p>	<p>O regime de extinção dos contratos <small>(causas, regime e efeitos)</small></p>
<p>Arbitragem Administrativa</p>	<p>Revisão ao Código dos Contratos Públicos <small>Novos conceitos da Contratação Pública</small></p>	<p>Procedimentos Contratuais na Compra de Inovação</p>	<p>Regime do preço base</p>	<p>A transposição de Diretivas</p>	<p>Tipos de procedimentos</p>	<p>O regime da contratação excluída</p>	<p>O concurso público e o concurso limitado por prévia qualificação</p>
<p>Formação dos Contratos Públicos <small>O que falta mudar?</small></p>	<p>Direito Administrativo Digital</p>	<p>A Execução e a Modificação dos Contratos</p>	<p>O novo procedimento <small>A parceria para a inovação</small></p>	<p>Concessões <small>Especificidades do Regime de Formação</small></p>	<p>Consultas preliminares ao mercado</p>	<p>As peças do procedimento</p>	<p>Novos conceitos da contratação pública</p>
<p>Causas de não adjudicação</p>	<p>O “novo” critério de adjudicação <small>A proposta economicamente mais vantajosa</small></p>	<p>Os motivos materiais de exclusão das propostas</p>	<p>Regime do preço base</p>	<p>CrITÉrios materiais de escolha</p>	<p>O regime de modificação contratual</p>	<p>Os motivos formais de exclusão das propostas</p>	<p>O novo procedimento</p>

SEMINÁRIO COMPRAS PÚBLICAS NA SAÚDE

2014-2018



10.000
PARTICIPANTES

35.000
LIVESTREAM

110
ORADORES
e FORMADORES

20
WORKSHOPS

70
TEMÁTICAS

BENS E SERVIÇOS DE SAÚDE

Evolução dos Acordos-Quadro na Saúde

Os números refletem o processo evolutivo favorável dos Acordos-Quadro (AQ) na Saúde. Neste momento encontram-se em vigor 81 Acordos-Quadro e, até à data, mais 7 AQ em fase de preparação ou lançamento. Desde início de 2019, e na área da saúde, foram lançados 19 novos AQ na Saúde, preparados para colmatar necessidades e proporcionar significativas melhorias no SNS.

Em 2019 entraram em vigor 19 acordos-quadro na área do medicamento e dispositivo médico:

- 2017/100** | Prestação de Serviços de Cuidados Técnicos Respiratórios Domiciliários
- 2018/29** | Bombas de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina e Respetivos Consumíveis
- 2018/20** | Contracetivos Orais Profiláticos e Mecânicos
- 2018/75** | Implantes Cocleares
- 2018/38** | Suturas Mecânicas para Laparoscopia
- 2019/73** | Testes Rápidos
- 2018/77** | Sistemas Fechados de Colheita de Sangue e Urina - Parte II
- 2019/66** | Sistemas de Apoio à Decisão Clínica (SADC)
- 2018/10** | Material de Penso de Efeito Terapêutico
- 2019/56** | Meios de Diagnóstico -Imagiologia
- 2019/13** | Vacinas do Programa Nacional de Vacinação e outras vacinas aplicáveis na proteção da saúde pública e de grupos de risco em circunstâncias especiais e Tuberculinas no âmbito do Programa Nacional para a Tuberculose
- 2019/28** | Suturas Cirúrgicas - Parte I 18-06-2019
- 2018/64** | Medicamentos Diversos 28-05-2019
- 2018/44** | Medicamentos Analgésicos, Antipiréticos e Antidepressivos
- 2019/79** | Ligaduras Medicadas, de Fixação e Proteção
- 2019/40** | Medicamentos Antirretrovíricos para o tratamento da infeção por VIH
- 2019/82** | Nastros e fitas cirúrgicas 19-07-2019
- 2019/8** | Antissépticos e Desinfetantes de Uso Humano e Produtos Cosméticos
- CP 2019/79** | Ligaduras Medicadas, de Fixação e Proteção

Manual de Registo de Vendas

No seguimento da publicação do Manual de Apoio ao Registo de Faturas e do anterior Manual de apoio ao Registo de Notas de Encomenda, a Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde publicou o Manual de Apoio ao Registo de Vendas no site catálogo. Estas publicações têm como objetivo facilitar a submissão de informações no site catálogo e esclarecer dúvidas que possam surgir durante o registo das mesmas.

Este manual, tal como os anteriores, foi enviado para todos os interessados e está também disponível no site Catálogo, no separador Publicações > Downloads (documentos) > Específico da saúde.

www.catalogo.min-saude.pt



Acordos-Quadro que entraram em vigor (julho)

2019/40

Visa o fornecimento de **Medicamentos Antirretrovirais** para o tratamento da infecção por VIH para as Instituições e Serviços de Saúde do SNS.

2019/8

Visa o fornecimento de **Medicamentos Antissépticos e Desinfetantes de Uso Humano** e de **Produtos Cosméticos** para as Instituições e Serviços de Saúde do SNS.

2019/13

Visa o fornecimento de **Vacinas do PNV** e outras **vacinas aplicáveis na proteção da Saúde Pública**, de grupos de risco ou em circunstâncias especiais e Tuberculinas no âmbito do programa Nacional para a Tuberculose.

2019/82

Visa o fornecimento de **Nastros e Fitas Cirúrgicas** para as Instituições e Serviços de Saúde do SNS.

2016/24

Visa o fornecimento de **Material Disposable de Bloco Operatório - Parte I-A** para as Instituições e Serviços de Saúde do SNS.

2018/10

Visa o fornecimento de **Material de Penso de Efeito Terapêutico** para as Instituições e Serviços de Saúde do SNS.

2019/66

Visa o fornecimento de **Sistemas de Apoio à Decisão Clínica (SADC)** para o Serviço Nacional de Saúde.

Acordos-Quadro em Preparação
(último trimestre 2019)

2019/76

Equipamentos e Dispositivos Médicos de uso comum em internamento ambulatório – parte 1

PROCEDIMENTOS EM CURSO

Projeto de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPICO)

No âmbito do Projeto de Intervenção Precoce no Cancro Oral, programa destinado às Administrações Regionais de Saúde, a SPMS, EPE deu início ao lançamento do procedimento de aquisição de Serviços de Diagnóstico Histológico, Pesquisa de HPV, Recolha e Transporte de Produto Biológico. Estima-se a sua conclusão no final deste mês.

Programa Nacional de Vacinação 2020

A SPMS, no âmbito da Portaria n.º 248/2017 de 4 de agosto, estabelece o modelo de governação do Programa Nacional de Vacinação (PNV), bem como de outras estratégias vacinais para a proteção de saúde pública e de grupos de risco ou em circunstâncias especiais.

Assim, o PNV é coordenado, a nível nacional, pela Direção-Geral de Saúde (DGS), em colaboração com as Administrações Regionais de Saúde (ARS) e a SPMS que assegura a aquisição centralizada dos bens em apreço. Analisadas as previsões das instituições de saúde, encontram-se a ser encetadas as tarefas conducentes à aquisição das vacinas e tuberculinas.

De modo a obter a melhor gestão do mercado, foi partilhada a informação relativa às estimativas das vacinas inerentes ao PNV 2020.

Os dados partilhados são estimativos podendo, em qualquer momento, sofrer alterações, não conferindo carácter prévio e vinculativo para as instituições de saúde e/ou para a SPMS, EPE.



Agregação centralizada: Hepatite C

No âmbito da Agregação Centralizada de medicamentos para a Hepatite C Crónica, e por forma a colmatar eventuais discrepâncias existentes nas previsões para o ano de 2019, foram desencadeados procedimentos adicionais ao longo do ano. A data final para reporte por parte das instituições foi no dia 20 de setembro e, até à data, foram adquiridos, aproximadamente, 2 900 tratamentos.



Dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina, monitorização e respetivos consumíveis

O Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes (PND) destina-se a ser aplicado pelos profissionais de saúde nas unidades de saúde familiar, centros de saúde, hospitais, unidades prestadoras de cuidados continuados e serviços contratualizados. A abordagem terapêutica para doentes com Diabetes tipo I por sistemas subcutâneos de perfusão contínua de insulina (dispositivos PSCI) proporciona uma melhoria da qualidade de vida, refletindo-se em significativas vantagens para os doentes, sendo determinante acompanhar a evolução tecnológica dos dispositivos em apreço.

Neste sentido, a SPMS, EPE iniciou trabalhos na preparação do novo Acordo-Quadro para o fornecimento de Bombas de Perfusão Subcutânea de Insulina, monitorização e respetivos consumíveis para as instituições e serviços do SNS, com a finalidade de substituir o anterior AQ 2018/29.



BENS E SERVIÇOS TRASVERSAIS

Acordos-quadro com critérios ecológicos

30% dos acordos quadro-transversais contêm critérios ecológicos, a nível das especificações técnicas dos bens ou serviços ou através da incorporação de requisitos de seleção.

Do universo destes acordos-quadro com critérios ecológicos, 55% estão inseridos nas categorias prioritárias definidas na Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020.

Telemedicina

Dispensadores e Água

Transporte Imobilizado

Manutenção de Espaços Verdes

Máquinas Vending

Produção Eventos e Catering

Infraestrutura em Cloud

Manutenção de Equipamentos a Combate Incêndios

Software (SaaS) em Cloud

Televisores e Suportes

Eficiência Energética

Sistemas de aquisição dinâmicos

O sistema de aquisição dinâmico afigura-se como o instrumento procedimental especial que melhor defende o princípio da concorrência, renovando-a sempre que surjam novos produtos e novas empresas que ofereçam, a todo o momento, as melhores condições para o Estado. É um sistema eletrónico de multifornecedores que viabiliza contratos de aquisição ou locação repetidos no tempo, de bens ou serviços de uso corrente e permite a adesão de novos concorrentes durante todo o seu prazo de vigência, cuja duração máxima é de quatro anos.

Este modelo de aquisição impõe uma maior transparência, uma vez que determina a obrigatoriedade da publicação de todas as necessidades de compra. Quanto à tramitação procedimental, o SAD não despreza questões de celeridade, pois utiliza prazos reduzidos de aquisição, dado que se recorre, em qualquer momento, a uma lista atualizada de fornecedores interessados e disponíveis.

Entrada em vigor do 1ºSAD



Prestação de Serviços de Manutenção de Geradores UPS

- ▶ 3 categorias
- ▶ 21 lotes geográficos
- ▶ 3 Fornecedores

Centralização de mais de **15 categorias de bens e serviços transversais** com um volume de adjudicações superior a **73 milhões de euros** até à presente data.



Legenda:
M€ - Milhões de Euros

A SPMS tem apostado no desenvolvimento de instrumentos especiais de contratação, e até à data, encontram-se **vigentes 37 acordos-quadro transversais e um sistema de aquisição dinâmico**.

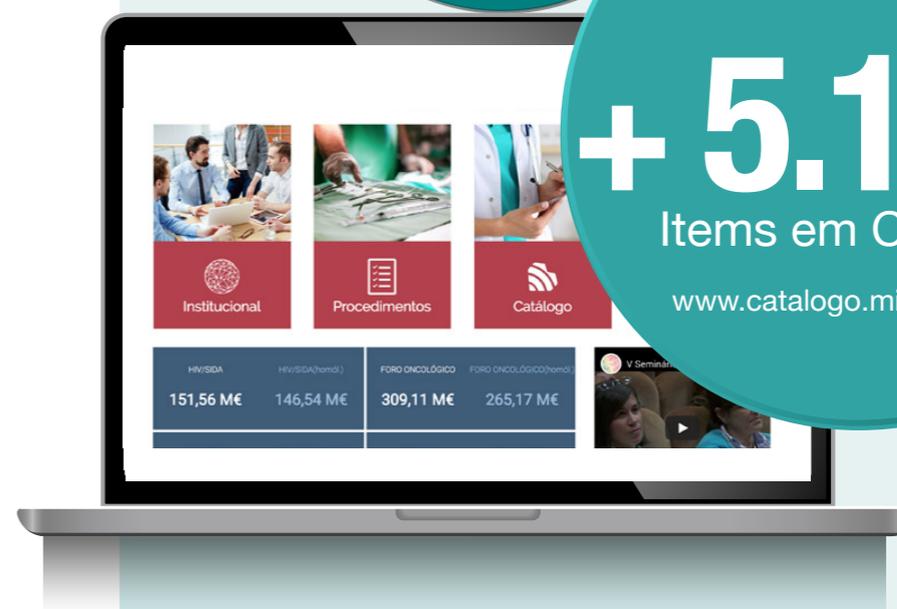


Durante o ano de 2019, entraram em vigor os seguintes acordos-quadro:

- Prestação de serviços de desinfestação
- Prestação de serviços de arquivo e de armazenamento de bens
- Prestação de serviços de eficiência energética
- Prestação de serviços de consultoria em automatização de processos
- Prestação de serviços de implementação de manutenção de redes informáticas
- Prestação de serviços de consultoria em proteção de dados, mercados digitais, e-commerce e contratação pública
- Prestação de serviços de inquéritos de satisfação

No passado dia 10 de setembro, entrou em vigor o 1º sistema de aquisição dinâmico para a prestação de serviços de manutenção de geradores e ups.

A Direção de Bens e Serviços Transversais em números:



www.catalogo.min-saude.pt

Centro de Controlo e Monitorização do SNS

Conferência de despesas dos Tratamentos Terais

O Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde (CCM-SNS) iniciou a conferência da nova área relativa aos Tratamentos Terais, como resultado do regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos terais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do SNS.

A conferência de faturas de Medicamentos, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), Cuidados Continuados, Cuidados de Diálises, Cuidados respiratórios, e agora de Tratamentos Terais, é uma atividade fundamental para o controlo da despesa do SNS.

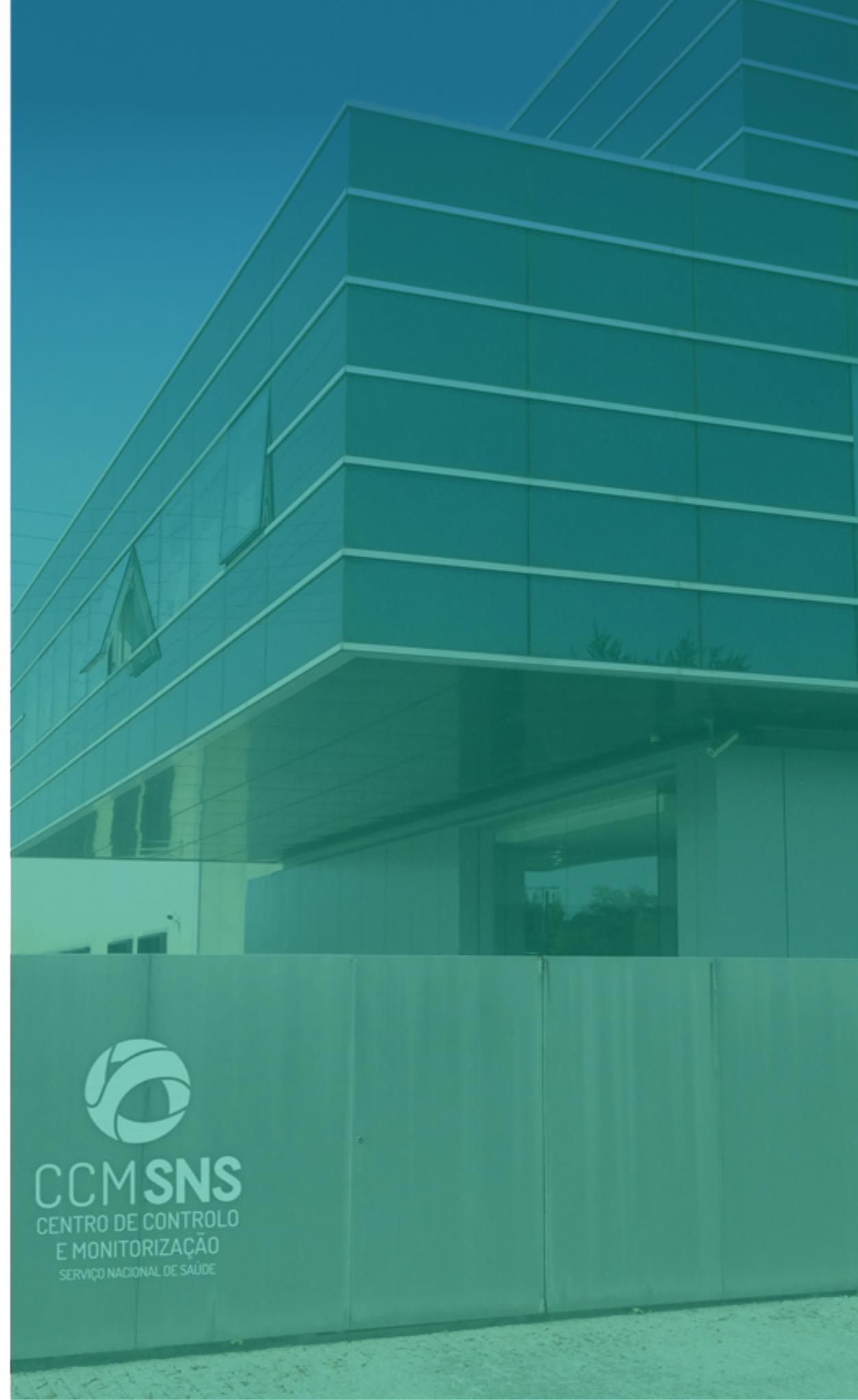
Decorrido um ano, após transferência das competências de gestão e exploração do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCM-SNS) para a SPMS, o balanço é positivo, com números bastante motivadores. Destaca-se a internalização do CCM-SNS que apontou para uma redução genérica dos custos da operação.

O CCM-SNS, constituindo-se como uma entidade de referência, encontra-se a executar um plano de investimento aprovado, de forma a possibilitar a renovação tecnológica e a desenvolver projetos que se traduzam no aumento da qualidade do serviço, na criação de valor para os acionistas e, simultaneamente, na contínua redução dos custos operacionais.

Para mais informações, consulte ccmsns.min-saude.pt



CCM SNS
CENTRO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



Compra centralizada de medicamentos gera maior poupança em 2019 com 57,6 milhões de euros

Em 2019, a SPMS, EPE alcança uma poupança de 57,6 milhões de euros com a aquisição centralizada de medicamentos para as instituições do Serviço Nacional de Saúde. Nunca se tinha poupado tanto desde a publicação do despacho, em 2016, que veio obrigar à centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde.

Foram mais 17 milhões de euros de poupanças do que no ano passado. Os medicamentos do foro oncológico atingiram a poupança mais elevada, situando-se nos 33,8 milhões de euros, seguindo-se os fármacos para doentes com VIH/sida (17,2 milhões), a categoria outros (cinco milhões) e a hepatite C com 1,5 milhões.

Relativamente ao valor gasto por categorias, foi nos fármacos do foro oncológico que mais se despendeu, com 383,8 milhões de euros, seguindo-se a categoria “outras” (193,4 milhões), a medicação para o VIH/sida (110,1 milhões) e para a hepatite C (17,2 milhões).

Números que remetem para a quase totalidade das compras centralizadas feitas para 2019, podendo ainda serem atualizados em caso de pedidos extraordinários de hospitais.

Os dados sobre as “Poupanças Obtidas através da Agregação Centralizada – Medicamentos” foram divulgados no Portal do SNS – portal da Transparência.

Poupança
2019

57,6
milhões
de euros



Procedimento para a contratação de serviços de gestão de frota para o INEM

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) atribuiu à SPMS, EPE a competência para assegurar a contratação de serviços de gestão para a sua frota, fator indispensável para a prossecução das missões públicas que lhe estão atribuídas.

Neste sentido, foi desenvolvido um procedimento ao abrigo do Acordo-Quadro “Gestão de Frota” em vigor na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP, IP), a fim de celebrar um contrato que vigorará de 1 de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2021.

Entre outras competências, cabe ao INEM a prestação de socorro no local a sinistrados e vítimas de doença súbita, bem como o respetivo transporte até à unidade hospitalar mais adequada. Esta atividade profissional obriga a uma utilização intensa da frota de viaturas do Instituto, que se encontra distribuída geograficamente por todo o território continental e para a qual é necessário garantir em permanência a respetiva manutenção, assistência técnica e reparação, tornando-se imperiosa a contratação deste serviço em benefício do interesse público.

A SPMS, no âmbito das suas atribuições, desempenha um papel estratégico na otimização de recursos existentes, cabendo-lhe, entre outras, a competência de propor estratégias de compras inovadoras, com o objetivo de racionalizar a aquisição de bens e serviços transversais do Ministério da Saúde. Através da sua atividade **tem promovido uma gestão mais eficaz e eficiente, contribuindo para reduzir custos, nomeadamente, em bens e serviços de natureza transversal.**



Concurso Público para a Celebração de Acordo-Quadro de Prestação de Serviços de Catering

A SPMS, E.P.E. lançou um Concurso Público, com publicação no JOUE, para a celebração de Acordo-Quadro de Prestação de Serviços de Catering. Neste procedimento foi introduzida uma Categoria de **Serviços de Catering com incorporação de produtos frutícolas e hortícolas provenientes de uma produção biológica e definidas especificações de serviço com um cariz ambiental.**

Este processo permite alcançar benefícios financeiros, administrativos e ecológicos para a rede pública, no sentido em que este acordo-quadro pode potenciar:

- ▶ A Agilização dos Procedimentos aquisitivos das entidades adjudicantes;
- ▶ Redução de prazos nas aquisições das entidades adjudicantes;
- ▶ Normalização das condições e introdução de requisitos do serviço com cariz ambiental;
- ▶ Redução de Custos, seja ao nível do nº de recursos afetos à tramitação de procedimentos pré-contratuais concorrenciais, seja ao nível das publicações em DRE.

A categoria “Serviços de Catering”, consta neste procedimento, da lista de bens e serviços prioritários referidas na ENOPE 2020 tem por base a lista da União Europeia, no âmbito do Green Public Procurement (GPP).



O procedimento encontra-se dividido em 2 categorias distintas, com 14 lotes geográficos:

- ▶ **Categoria 1** – Serviços de Catering;
- ▶ **Categoria 2** – Serviços de Catering com incorporação de produtos frutícolas e hortícolas provenientes de uma produção biológica.

A SPMS, enquanto central de compras públicas na Saúde, considera que os acordos-quadro são um instrumento de elevado potencial para a integração de políticas de cariz ambiental que levam ao desenvolvimento sustentável nas aquisições das entidades adjudicantes, e por esse motivo utiliza este acordo-quadro para incorporar critérios de sustentabilidade.

O anúncio público pode ser consultado [aqui](#)

Workshop sobre Prestação de Serviços de Consultoria para Automatização de Processos **Robotic Process Automation**

Realizou-se no passado dia 12 de setembro, nas instalações da SPMS, em Lisboa, o workshop no âmbito do acordo-quadro para a Prestação de Serviços de Consultoria para Automatização de Processos | RPA (*Robotic Process Automation*). Teve como objetivo contribuir para a promoção e maior utilização deste acordo, em vigor desde o dia 26 de abril, por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde.

Contando com representantes de diversas empresas, onde a implementação de processos RPA foi um sucesso, a abertura ficou a cargo de Artur Mimoso, Vogal Executivo do Conselho de Administração da SPMS. Na sua intervenção, agradeceu a todos os participantes, afirmando que “o caminho é este, fazer acordos-quadro e sistemas de aquisição dinâmicos. Os acordos-quadro são instrumentos, como sabem, que servem para dinamizar”.

Artur Mimoso reforçou a importância das compras ao abrigo dos acordos-quadro e lembrou a obrigatoriedade de as compras serem realizadas através destes acordos, que são uma mais-valia, referindo que o objetivo da SPMS passa por “ser uma ajuda para as entidades”.



Artur Mimoso | Conselho de Administração da SPMS

“Estamos a comprar cada vez mais centralizadamente”

“quanto mais transparência se trazer, melhor”



Andreia Chaves | Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais da SPMS

“Estamos a comprar cada vez mais centralizadamente”, sublinhou o dirigente, acrescentando que a contratação pública “vale 14% do PIB e mexe com a economia toda” e “quanto mais ágil for, mais simplificada e “quanto mais transparência se trazer, melhor.” Terminou a intervenção a desafiar todos os participantes a resolver problemas de automatização de processos e a desenvolver novas soluções na área da contratação pública.

Entre os oradores estiveram representantes de empresas de diferentes áreas, que partilharam know how e experiências relacionadas com a Automatização de Processos | RPA. Pedidos de informação dos utentes, agregação de dados financeiros, portais faturas e o papel do RPA na desmaterialização do processo, a automatização de tarefas de recursos humanos, a implementação de softwares robóticos nas telecomunicações, a automação de serviços de apoio ao cliente, gestão de tickets, a melhoria de desempenho no fecho de relatórios, ou o outsourcing de processos, foram alguns dos temas desenvolvidos ao longo do dia.

No final do workshop, ficou claro que o RPA traz muitas vantagens ao setor da saúde e farmacêutico, quer para clientes, quer para fornecedores. Simplificar a execução de tarefas, libertando os recursos humanos para trabalhos menos repetitivos, promovendo a eficiência e satisfação laboral foram denominadores comuns em todas as intervenções.

Entrada em Vigor

1º SAD para Prestação de Serviços de Manutenção de Geradores e UPS

A SPMS concluiu a Ronda de Qualificação do Sistema de Aquisição Dinâmico (SAD) para a Prestação de Serviços de Manutenção de Geradores e UPS. Em vigor durante 4 anos, este SAD permite que os operadores económicos que não tenham apresentado candidatura nesta 1ª ronda de qualificação, possam fazê-lo durante o período de vigência do sistema. Nesta 1ª ronda foram qualificados 3 candidatos.

O SAD encontra-se dividido em 3 categorias distintas, com 21 lotes geográficos:

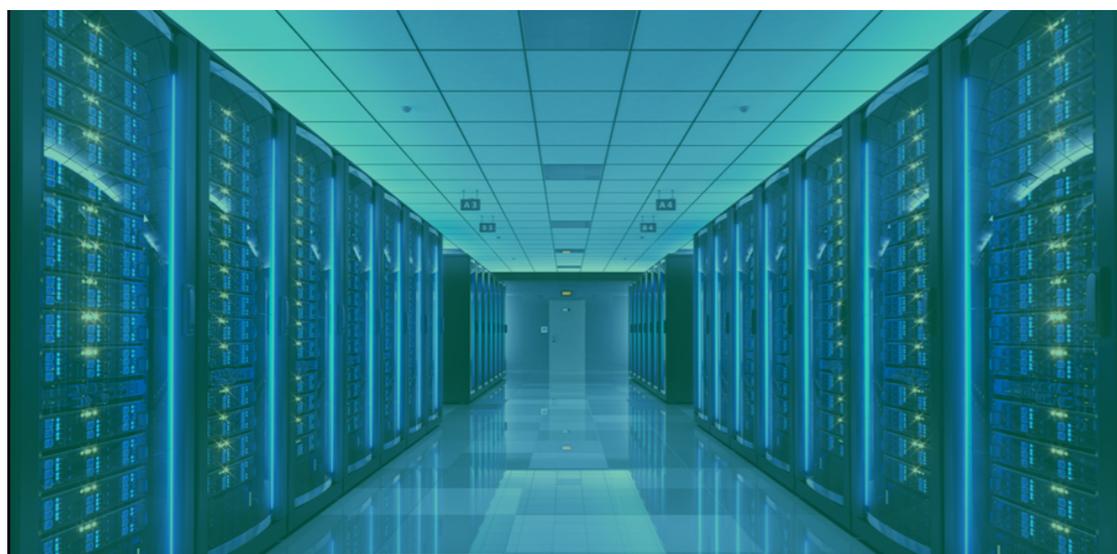
Categoria I – Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Geradores, com disponibilização de peças;

Categoria II - Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de UPS, com disponibilização de peças;

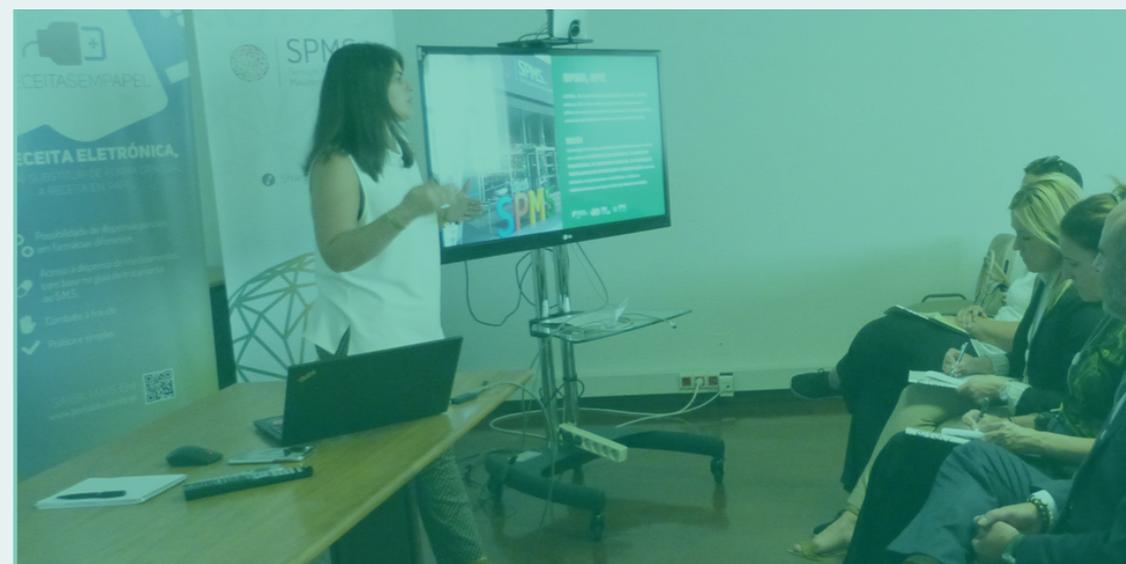
Categoria III – Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Geradores e UPS, com disponibilização de peças.

Na notificação da decisão de qualificação, estão identificados os primeiros agentes económicos que passam a fazer parte deste SAD. Podem adquirir ao abrigo deste SAD, e proceder à 3ª fase do sistema, quaisquer organismos do Ministério da Saúde ou entidades do SNS, bem como as entidades compradoras voluntárias que venham a celebrar contratos de adesão com a SPMS, cujo objeto compreenda os serviços incluídos neste processo, como definido no art. 238º do CCP.

Pretende-se, assim, aumentar a concorrência face à possibilidade de participação e inovação das Pequenas e Médias Empresas.



Grupo Mercadona visita SPMS



A SPMS recebeu uma comitiva do grupo espanhol Mercadona nas suas instalações do Porto, no dia 13 de setembro, com o objetivo de dar a conhecer o Sistema RHV – Recursos Humanos e Vencimentos.

Responsável pelo processamento de remunerações e gestão de recursos humanos em todas as instituições do SNS e entidades e serviços do Ministério da Saúde, o RHV foi desenvolvido em 2000. Em 2012, a SPMS, responsável pelo RHV, implementou diversas melhorias tecnológicas.

A versão atual permite o processamento centralizado de vencimentos, inclui novas funcionalidades e o acesso através do WebRHV – portal do trabalhador. O RHV “serve” 155 772 colaboradores do SNS.

A Mercadona vai passar a ter um modelo obrigatório de gestão de assiduidade, sendo o desafio ainda maior porque conta com mais de 100 mil colaboradores. A visita do grupo foi promovida pela SISQUAL, a empresa com maior representatividade no SNS ao prestar serviço a 26 instituições hospitalares e a mais de 80 mil trabalhadores.

Esta sessão permitiu esclarecer dúvidas sobre o RHV e os principais desafios do trabalho conjunto e de integração entre a SPMS e a SISQUAL. Mais uma vez, a SPMS partilhou a sua experiência e conhecimento, demonstrando que Portugal é um país com grande desenvolvimento tecnológico.

8ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro

A SPMS realizou, no passado dia 18 de setembro, nas suas instalações em Lisboa, a 8ª Reunião de Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro (AQ). A reunião contou com 20 representantes das entidades do Serviço Nacional de Saúde e foi dividida em duas sessões distintas, pela A Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais (DCBST) e pela Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde (DCBSS).

Artur Mimoso, vogal executivo responsável pela área de compras da SPMS, destacou **a importância destas iniciativas de debate entre as entidades do SNS e a SPMS, como forma de melhorar o futuro das compras na saúde, dando como exemplo a introdução de procedimentos para a instituição de Sistemas de Aquisição Dinâmicos (SAD)**. Estes sistemas irão permitir dotar as compras públicas de maior dinamismo, renovação permanente da concorrência, maior abrangência, inovação e transparência dos procedimentos.

Artur Mimoso indicou, ainda, que no futuro só se falará em Sistemas de Aquisição Dinâmicos em detrimento dos Acordos-Quadro, tal como ocorreu no passado, com a mudança do paradigma dos contratos públicos de aprovisionamento para os acordos-quadro.

A DCBST referiu que, atualmente, além de estarem em vigor 37 AQ, **já se encontra em vigor o 1º SAD**, instrumento especial de contratação que tem vindo a ser adotado progressivamente, estando em tramitação 4 SAD. Também se deu a conhecer as áreas onde serão lançados os novos AQ até ao final do ano.

A sessão encerrou com a indicação das iniciativas que promovem as compras das entidades da saúde na área de bens e serviços transversais, incidindo sobre os AQ ou SAD desenvolvidos por esta direção, dando como exemplo:

- As sessões que irão decorrer em outubro, em Lisboa e no Porto, sobre o AQ de Serviços de Arquivo e Armazenamento em colaboração com a SGMS;
- A sessão que ocorreu no passado dia 12 de setembro, com a presença de várias entidades do MS/instituições do SNS e tendo como oradores os cocontratantes do AQ de Serviços de Automatização de Processos (RPA), partilhando know how e experiências relacionadas com a Automatização de Processos | RPA;

- O levantamento de necessidades que irá ocorrer ao abrigo dos AQ/SAD por parte da Unidade Ministerial de Compras.

Na sessão da tarde, a DCBSS, com a participação de profissionais de várias entidades, debateu **as questões relacionadas com os procedimentos de compra de medicamentos e dispositivos médicos, explorando, entre todos os participantes, o panorama atual dos acordos-quadro em tramitação, bem como os que entraram em vigor desde a última reunião.**

No âmbito da discussão da tramitação dos procedimentos, foram dados contributos para agilizar a submissão de informação, por parte das instituições, e sugestões de estratégias atendendo à dinâmica do mercado dos medicamentos, com a constante entrada de novos genéricos e biossimilares; propostas de modelos alternativos e a análise de novos designs procedimentais aplicáveis ao medicamento e dispositivo médico.

Já na sua 8ª edição, e à semelhança das reuniões realizadas em 2019, as Reuniões de Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro, têm o envolvimento direto das entidades do SNS com o objetivo de partilha de conhecimento e necessidades, permitindo o desenvolvimento de Acordos-Quadro à imagem da realidade e das necessidades do SNS.



Pedro Costa Gonçalves

Dois anos após a revisão ao Código dos Contratos Públicos, que balanço faz das alterações implementadas? E que melhorias poderão ser destacadas?

Uma das grandes alterações da reforma de 2017 consistiu na drástica diminuição da possibilidade de recurso ao ajuste direto por razões de valor. Tenho muitas dúvidas sobre os ganhos dessa opção para a concorrência no mercado da contratação pública. De resto, a “substituição parcial” desse ajuste direto pelo procedimento de consulta prévia não se traduziu num aumento da concorrência, mas antes num processo – que já se conhecia do passado – de realização de consultas apenas para “cumprir a lei” e não com o propósito efetivo do fomento de uma competição benéfica para as entidades adjudicantes.

Infelizmente, não descortino melhorias que devam ser destacadas pela reforma de 2017. Tratou-se de uma intervenção legislativa atabalhoada, em muitos pontos irrefletida e caótica no plano sistemático. A contratação pública tornou-se mais complexa. É certo que muita dessa complexidade vem de fora, do direito da União Europeia, mas as opções do CCP acrescentam complicações.

Qual deve ser o papel do gestor do contrato?

A imposição universal da figura do gestor do contrato, que tem de ser indicado para todos os contratos públicos, condiciona ou impede mesmo uma compreensão unitária. Na verdade, é diferente o relevo e são certamente diversas as funções do gestor nos contratos de aquisição de produtos ou serviços no âmbito da gestão corrente, nas empreitadas de obras públicas e nas concessões. Neste sentido, não é fácil identificar um papel relevante do gestor públicos nos contratos de compras frequentes ou correntes.

Contudo, já se me afigura de muito potencial o papel do gestor no acompanhamento e monitorização dos contratos de empreitadas e, em geral, na contratação de serviços de longa duração, incluindo as concessões. Nestes contratos, de execução prolongada, o gestor do contrato tem um papel decisivo, por exemplo, na deteção precoce de sinais de desvios, de execução defeituosa e de incumprimento das obrigações contratuais. Um gestor do contrato tecnicamente preparado, “profissionalizado”, com as competências apuradas em matéria de gestão de contratos, pode ser uma peça essencial da evolução da contratação pública e de um Estado Contratante mais competente no exercício da missão pública de administração ou gestão de contratos.

Na sua opinião, qual poderá ser o maior desafio dos próximos anos ao nível da contratação pública?

A regulamentação da contratação pública começou por ter o propósito de impor ao Estado a exigência de fazer “boas compras”, considerando sobretudo a prossecução do interesse público de ordem financeira. Numa segunda etapa da evolução histórica dessa regulamentação, muito influenciada pelo direito da União Europeia, emergiu a exigência de proteção da concorrência: mais do que “comprar bem”, passou a estar em pauta a comprar segundo “bons procedimentos” (abertos à concorrência, transparentes, etc.).

O que se espera do futuro próximo é que a regulamentação, bem como os atores envolvidos (entidades adjudicantes, instâncias de controlo) permitam e assegurem que o Estado compre bem, escolhendo as soluções economicamente adequadas, seguindo bons procedimentos, que, talvez até mais do que promover a concorrência, afastem o risco da corrupção. Se me pedissem, o desígnio fundamental da regulamentação da contratação pública, a resposta seria clara: prevenção da corrupção.



Pedro Costa Gonçalves

Professor / Advogado | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

RUI MEDEIROS

O Código dos Contratos Públicos é a lei que necessitamos?

UEm Portugal, há muitas vezes a ilusão de que a mudança é obra da lei. Mas, na prática, existe frequentemente um enorme fosso entre a law in books e a law in action. Por isso, neste momento, depois da ampla revisão de 2017, mais do que pensar se o CCP é a lei que necessitamos importa monitorizar a aplicação do Código e implementar medidas destinadas à adoção de boas práticas de contratação.

A revisão do CCP trouxe mais simplificação procedimental e aumento da concorrência?

Como em quase tudo na vida, a resposta não obedece a uma lógica binária sim/não. Sem dúvida, a revisão de 2017 introduziu importantes medidas potenciadoras da simplificação, como o alargamento do âmbito do ajuste direto simplificado e do concurso público urgente, o alargamento da possibilidade de introdução de uma fase de negociação das propostas ou a flexibilização do regime da caução. O mesmo se diga em matéria de promoção de uma maior concorrência. Mas, para usar uma expressão popular, de boas intenções está o inferno cheio... Falta saber como é que, na prática – por exemplo em relação à consulta prévia, à possibilidade de suprimento de formalidades não essenciais, às consultas preliminares ao mercado -, se tem aplicado o Código.



Rui Medeiros

Advogado | Sérvulo & Associados
- Sociedade de Advogados

Boletim Informativo

Compras Públicas na Saúde



EDIÇÃO ESPECIAL